



Reforma tributária em época de eleição



Com as eleições se aproximando a reforma tributária volta a ser lembrada. Mais uma vez, o presidente do PT, Rui Falcão, discursou sobre o tema após sua recondução ao cargo. Afirmou que o partido vai discutir o assunto no próximo ano, cogitando como itens mais relevantes para uma proposta petista a progressividade dos impostos e o combate à guerra fiscal.

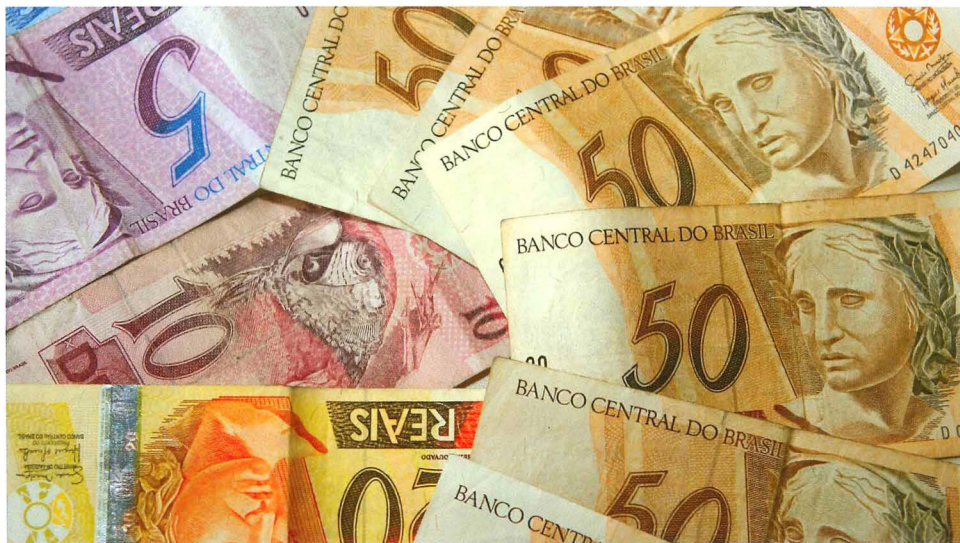
Em primeiro lugar, cabe destacar que a reforma tributária é uma necessidade urgente para o Brasil há anos. Quando o PT assumiu a presidência em 2003 ela já constava da agenda nacional, mas o partido se omitiu em relação a essa demanda. No período entre 2004 e 2010, quando a economia

crescia e a aprovação do governo atingia níveis recordes, seria o momento de implementar mudanças no caótico sistema de impostos do país. O governo petista se limitou a praticar alterações pontuais na estrutura fiscal, tornando-a ainda mais burocrática e mais custosa para os contribuintes.

Outro ponto a ser destacado é o fato do presidente do PT ter colocado a guerra fiscal e a progressividade como se esses itens fossem as diretrizes essenciais do processo de reforma tributária para o país. Dá a impressão de que esses pontos é que determinaram o comprometimento da competitividade da economia brasileira nos últimos anos.

Continua...

...O Brasil estragou tudo



A guerra fiscal e a progressividade são aspectos que devem ser discutidos, mas a reforma tributária deve ser muito mais ampla e profunda. É preciso debater prioritariamente os fundamentos da estrutura de impostos.

Usualmente, quando se discute reforma tributária, questões como eficiência dos mecanismos de arrecadação, equidade, custos, incidências e combate à sonegação ficam em segundo plano. Esses pontos devem ser destacados na elaboração de um projeto que tenha como meta instituir uma estrutura de impostos justa e que estimule a produção.

Por uma série de fatores a sociedade mostrou-se incapaz de promover uma reforma tributária ao longo dos últimos anos. Também não foi capaz de promover uma reforma baseada na predominância da tributação sobre movimentação financeira, que

comprovadamente é capaz de atender as necessidades fundamentais do país em relação aos impostos. Lobbies e interesses contrariados atuaram no sentido de manter uma estrutura declaratória.

Sob o comando do tributarista Ary Oswaldo de Mattos Filho, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) vem realizando uma série de eventos visando debater projetos de reforma tributária com base em seus fundamentos. Em novembro foi realizado mais um seminário com a presença do secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Andréa Calabi, e de vários empresários, acadêmicos e especialistas.

A reforma tributária não pode servir apenas como bandeira de campanha eleitoral. Todas as instituições que pensam o Brasil devem promover discussões sobre o tema, como vem fazendo a FGV, e os políticos precisam ter consciência a respeito de sua urgência.